

**ANEXO I**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP 20/2016**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Sistema de Registro de Preços**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP 20/2016 UASG 158123**  
**(COMPRAS)**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE  
MINAS GERAIS**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de Mobiliário Corporativo e Escolar para Atendimento às Demandas da Reitoria, dos Câmpus Avançados de Ubá Cataguases e Bom Sucesso (UASG 158123) e também dos demais Câmpus do IF Sudeste MG, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos:

1.2. As estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos e entidade participantes estão consignados no **Encarte A** anexo a este Termo de Referência.

1.3. Será permitida uma variação máxima de até 5% (cinco por centos) para mais ou para menos no dimensionamento dos mobiliários.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO**

2.1. Dando continuidade à política institucional deste Instituto Federal de Educação de compartilhar as responsabilidades de realização de compras conjuntas que possam atender à todas as nossas unidades, a Reitoria do IF Sudeste MG, ficou responsável também pela realização da licitação para compra de mobiliário corporativo e escolar para a Reitoria e todas as demais unidades do IF Sudeste MG.

2.2. Foi autorizado no ano de 2014 a criação dos Câmpus Avançados do IF Sudeste MG nas cidades de Ubá e Cataguases. O Câmpus Cataguases funciona atualmente em um prédio cedido pelo governo do estado onde ocupa um pavimento de um edifício com um total de 3 pavimentos. Pelo processo de seção do edifício ainda no ano de 2017 a administração deverá assumir o restante do prédio e cuidar para ocupá-lo e assumir integralmente toda a sua manutenção. Do mesmo modo o Câmpus Avançado de Ubá do IF Sudeste MG divide um espaço com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e com a Prefeitura Municipal de Ubá. De acordo com a concessão de espaço concedida pela prefeitura Municipal, a utilização do imóvel objeto de concessão será compartilhada nos primeiros 2 anos de uso e exclusiva do Instituto Federal de Educação a partir do terceiro ano de sua vigência. Por esta razão, será necessária a aquisição de mobiliário corporativo para a ocupação destes espaços

com vistas à ampliação da oferta de cursos nestas unidades. Para estas unidades não há um histórico de aquisições anteriores para balizamento dos quantitativos.

2.3. Os quantitativos estimados para a Reitoria têm como base a previsão de incremento de novos servidores a serem lotados nos próximos meses e também a necessidade de incremento de armários, estantes, mesas e afins, identificados após a mudança para a nova sede e os arranjos e ajustes que foram realizados neste primeiro ano de ocupação de seu novo edifício sede.

2.4. A opção por não fixar cotas reservadas para micro empresas e empresas de pequeno porte se deve pelo fato de que pela natureza da contratação, envolvendo vários Câmpus de diversas cidades de atuação da entidade, o parcelamento não traria qualquer benefício à administração, apenas aumentaria a burocracia com a prática de inúmeros atos administrativos, ademais o sistema de divulgação de compras governamentais ainda não está preparado para realizar tal divisão, obrigando assim a administração a dividir todos os itens da licitação. Tal divisão resultaria ainda em um certame com quantidade de itens demasiadamente grande de forma desnecessária e afetaria o principal motivo que levou ao agrupamento dos itens em lotes, que é a padronização dos itens adquiridos.

2.5. É relevante destacar que o tratamento diferenciado e simplificado somente poderá ser concedido caso seja vantajoso para a administração pública e não represente prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme determina o art. 49 da Lei Complementar 123/2006. Como vemos no caso concreto, não existe qualquer vantagem, para a administração, na divisão do objeto, para atender aos interesses das micro e pequenas empresas.

#### **Do agrupamento dos itens**

2.6. O agrupamento de itens tem como objetivo garantir um mínimo de estética e identidade visual apropriada, por lote já que os itens fazem parte de um conjunto que deverá ser harmônico entre si. Outra vantagem do agrupamento para a administração é que a necessidade de lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos. Com base no **Acórdão 861/2013-Plenário, TC006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013**, “o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”.

2.7. O agrupamento dos itens em lotes tem vantagens sobre a aquisição de bens por itens, isso porque atende simultaneamente aos princípios da eficiência e da economicidade. Outra vantagem buscada pela administração é a padronização. No caso específico de mobiliário, tem-se que o mercado é disputado por inúmeras empresas que, mesmo obedecendo a normas técnicas e especificações derivadas da ABNT, imprimem aos seus produtos características absolutamente diversas no que se refere tanto à estética quanto a acabamento, ergonomia e demais aspectos. Isso implica dizer que, se dentro de um determinado conjunto de itens houver, por exemplo, 10 itens que vierem a ser vencidos por licitantes diferentes, ter-se-ia, ao final, no ambiente do trabalho uma mescla de móveis que impactarão diretamente na questão da padronização do mobiliário e na estética dos ambientes. Todavia, a questão da

estética do ambiente de trabalho é somente a primeira e a mais simples das adversidades.

2.8. A multiplicidade de móveis provenientes de diferentes fornecedores impacta também a possibilidade de remanejamento dos mesmos entre os setores diversos do ambiente administrativo, tornando quase impossível, por exemplo, em alguns casos, a convivência de tais tipos de móveis em um mesmo ambiente de trabalho.

2.9. Ademais, cada um dos fornecedores de itens da licitação é responsável pela garantia e pela manutenção, no prazo estipulado, dos materiais que vier a fornecer para a administração pública.

2.10. Outra vantagem para a administração se depreende de não ter que manter contato com diversos fornecedores diferentes para a solução de problemas simples, como a troca de uma fechadura, por exemplo. Essa situação, atenta frontalmente contra o princípio da eficiência, disposto no art. 37 da Constituição, quando não constitui uma hipótese de retrabalho permanente, desviando a atenção do gestor público de seus reais propósitos.

2.11. Outro aspecto a ser analisado está atrelado ao princípio da economicidade, em diversos aspectos. O primeiro deles está atrelado ao fato de que o competidor pelo preço global do lote estará propenso, em função maior volume de venda, a conceder maiores descontos por item, de forma a alcançar um valor total menor do que os seus concorrentes. Prosseguindo, esse mesmo competidor, ao formular os custos de formação do preço de venda de sua mercadoria, também, computará, de forma rateada proporcional entre os itens componentes do lote ou dos lotes, os custos com eventuais manutenções, garantias, frete de entrega, custo de montagem e embalagem dos bens, entre outros, o que comumente conhecido como “economia de escala”. Certamente, competindo por um único item ou por um único lote e havendo, por exemplo, cinco itens em cada lote, o competidor tenderá naturalmente a incluir individualmente, tais custos, no preço final de cada item/lote, aumentando consideravelmente o preço dos bens licitados. Portanto, se de um lado, tem-se que a licitação por item amplia a competitividade do certame, tem-se por outro, que, levada a extremos, ela atenta contra os princípios da eficiência e da economicidade, donde deriva a necessidade de que o administrador público pondere, desde logo, sobre a melhor forma de atender os dois princípios citados.

2.12. Pelos levantamentos realizados nas últimas contratações deste tipo agrupadas em lotes, podemos observar ainda que, o agrupamento em lotes não frustra o caráter competitivo do certame, uma vez que sempre participam dezenas de licitantes nos diversos lotes disputados.

### **Dos preços acima do valor estimado pela Administração**

2.13. Apesar de os itens estarem agrupados por categoria, o que leva o sistema a classificar as propostas pelo menor preço por grupo, nenhum dos itens que compõem os referidos grupos a administração não aceitará que nenhuma proposta cujo item seja superior ao valor máximo estipulado pela administração através da pesquisa de preços realizada.

## **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Por tratar-se de objeto, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, considera-se que natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

#### **4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

4.1. A empresa deverá apresentar catálogo para todos os itens ofertados, através da função disponível no sistema na opção enviar anexo.

##### **Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental**

4.2. Para atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, os produtos ofertados para os itens 03 ao 11; 16 ao 20; 25 ao 39, do lote 01, a empresa deverá apresentar Certificado de cadeia e custódia da origem da madeira (FSC ou CERFLOR), conforme norma ABNT NBR 14790:2014, ou laudo de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.3. A empresa deverá apresentar certificado de cadeia e custódia da origem da madeira (FSC ou CERFLOR) em nome do fabricante do produto, para os itens de 76 a 93 e de 98 a 100 referentes ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.4. A empresa deverá apresentar, licença de operação ou relatório de licenciamento ambiental, emitido pelo órgão responsável no estado sede da empresa fabricante da marca apresentada na proposta, relativo ao fabricante do produto, para atividade de fabricação de móveis tubulares e de madeira, para os itens de 110 e 112 referentes ao lote 07, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.5. A empresa deverá apresentar Certificado de Regularidade emitido pelo IBAMA, no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras dentro da validade do mesmo, Certificado de Destinação Final de Resíduos; RELATÓRIO DE ENSAIO referente à comprovação que os materiais possuem RESISTÊNCIA À CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO À ATMOSFERA ÚMIDA SATURADA para materiais metálicos revestidos e não revestidos, de acordo com a NBR 8095/83, de pelo menos 600 horas; Laudo de RESISTÊNCIA À NÉVOA SALINA emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO, referente à exposição de material revestido e não revestido à névoa salina, estabelecido pela NBR 8094/83, resultado de resistência à no mínimo 600 horas, de acordo com a NBR 5841:2015 e NBR ISO4628-3:2015; RELATÓRIO DE ENSAIO referente à comprovação que os materiais possuem RESISTÊNCIA À CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO AO DIÓXIDO DE ENXOFRE para materiais metálicos revestidos e não revestidos, de acordo com a NBR 8096/83, de pelo menos 600 horas; para os itens 111, 113, 114 e 117 referentes ao lote 07, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar;

##### **Dos Critérios de Ergonomia dos Produtos Ofertados**

4.6. A empresa deverá, obrigatoriamente, apresentar juntamente com a proposta técnica, análise ergonômica de conformidade com a norma regulamentadora NR17, Lei Federal nº5195 Artigo 67, emitido por ergonomista credenciado pela Associação Brasileira de Ergonomia (Abergo) (Não será aceito laudos emitidos por ergonomista

somente associado), junto de seu credenciamento, para os itens 03 ao 09; 16 ao 20; 30 ao 38 referentes ao lote 01, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.7. A empresa deverá, obrigatoriamente, apresentar certificado de conformidade do produto ABNT com base na NBR 13967:2011 – Móveis para Escritório – Estação de Trabalho. Esta Norma especifica as características físicas e dimensionais, e classifica estação de trabalho para escritório em que se predominam atividades de produção e execução de tarefas, incluindo os requisitos mecânicos de segurança e ergonômicos, bem como define os métodos de ensaio para atendimento destes requisitos. Os ensaios aplicam-se a móveis completos e prontos para uso. Este certificado deverá ser emitido por uma OCP (Organismo Certificador de Produto) acreditado pelo INMETRO, para os itens 03 ao 05 referentes ao lote 01, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.8. A empresa deverá, obrigatoriamente, apresentar certificado de conformidade do produto ABNT com base na NBR 13966:2008 – Móveis para Escritório – Mesas Retas. Esta Norma especifica as dimensões de mesas de escritório de uso geral, inclusive mesas de reuniões, os requisitos mecânicos, de segurança e ergonômicos para mesas de escritório, bem como define os métodos de ensaio para o atendimento destes requisitos. Os ensaios aplicam-se a móveis completos e prontos para o uso. Este certificado deverá ser emitido por uma OCP (Organismo Certificador de Produto) acreditado pelo INMETRO, para os itens 06 ao 09, 16 ao 20 referente ao lote 01, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.9. A empresa deverá, obrigatoriamente, apresentar certificado de conformidade do produto ABNT com base na NBR 13961:2010 – Móveis para Escritório – Armários e Gaveteiros. Esta Norma especifica as características físicas e dimensionais dos armários e gaveteiros para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, resistência e durabilidade. Este certificado deverá ser emitido por uma OCP (Organismo Certificador de Produto) acreditado pelo INMETRO, para os itens 31, 32, 35 ao 38 referentes ao lote 01, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.10. A empresa deverá, obrigatoriamente, apresentar juntamente com a proposta técnica, análise ergonômica de conformidade com a norma regulamentadora NR17, Lei Federal nº5195 Artigo 67, emitido por ergonomista credenciado pela Associação Brasileira de Ergonomia (Abergo) (Não será aceito laudos emitidos por ergonomista somente associado), junto de seu credenciamento, para os itens de 53 a 55 e para os itens 64, 65 e 67 referentes ao lote 02, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.11. A empresa deverá, obrigatoriamente, apresentar juntamente com a proposta técnica, análise ergonômica de conformidade com a norma regulamentadora NR17, Lei Federal nº5195 Artigo 67, emitido por ergonomista credenciado pela Associação Brasileira de Ergonomia (Abergo). (Não será aceito laudos emitidos por ergonomista somente associado), junto de seu credenciamento, para os itens de 76 ao 93 e de 98 a 100 referentes ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.12. A empresa deverá apresentar certificado de conformidade do produto ABNT com base na NBR 13962:2006 – Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio – Esta Norma especifica as características físicas e dimensionais e



classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, da resistência e da durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material. Esse certificado deverá ser emitido por uma OCP (Organismo Certificador de Produto) acreditado pelo INMETRO. (Certificados de kit e componentes de cadeiras não serão aceitos e laudos técnicos não substituirão esse certificado), para os itens 76, 77, 79 ao 81; 83 e 86 referente ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.13. A empresa deverá apresentar Comprovante de Certificação do Conjunto Aluno conforme Portaria 105, de 06/03/2012, emitido por um laboratório acreditado pelo INMETRO, para o item 110 referente ao lote 07, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.14. A empresa deverá apresentar Certificado da ABNT NBR 14006:2008 – Móveis escolares – Cadeiras e mesas, para conjunto aluno individual, em nome do fabricante do produto cotado, para o item 111 referente ao lote 07, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.15. A empresa deverá apresentar Certificado de comprovação de atendimento à NR-17 emitido por Ergonomista certificado pela ABERGO; para o item 114 referente ao lote 07, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

#### **Durabilidade**

4.16. A empresa deverá apresentar laudo Técnico da NBR 8094:1983 - Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, para os itens 03 ao 11; 14 ao 20 referentes ao lote 01, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.17. A empresa deverá apresentar laudo Técnico da NBR 8095:1983 - Material metálico revestido e não-revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, para os itens 03 ao 11; 14 ao 20 referentes ao lote 01, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.18. A empresa deverá apresentar laudo Técnico da NBR 8096:1983 - Material metálico revestido e não-revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, para os itens 03 ao 11; 14 ao 20 referentes ao lote 01, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.19. A empresa deverá apresentar laudo Técnico da NBR 10443 - Determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, para os itens 03 ao 11; 14 ao 20 referentes ao lote 01, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.20. A empresa deverá apresentar laudo Técnico da NBR 11003 - Determinação da aderência, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, para os itens 03 ao 11; 14 ao 20 referentes ao lote 01, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.21. A empresa deverá apresentar Laudo emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO de resistência a névoa salina, mínimo 500 horas conforme NBR ABNT 8094:1983; Laudo emitido por laboratório de resistência atmosfera úmida, mínimo de 500 horas conforme NBR ABNT 8095:1983; Laudo emitido por laboratório de resistência por dureza a lápis com resultado mínimo de 6H conforme ASTM D

3359:2009; Laudo emitido por laboratório de Aderência com resultado mínimo de 5B conforme ASTM D 3363:2005; Certificado NBR ABNT 13961:2010; Laudo emitido por laboratório de resistência à corrosão por exposição ao dióxido de enxofre com resultado mínimo de 10 ciclos conforme NBR 8096:1983; Apresentar laudo por profissional habilitado que o móvel atende as especificações da NR17; Apresentar certificação ABNT NBR 13961/2010 ou relatório de realização dos ensaios contidos na norma para este móvel. Os ensaios devem ser realizados por laboratório credenciado pelo Inmetro, para o modelo específico cotado, para os itens 58, 60, 62, 63, 68, 70 e 72, referentes ao lote 02, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.22. A empresa deverá apresentar Laudo ASTM D 3363/2011 atestando que a pintura resiste a riscos provocados por lápis, não destacando ou soltando da superfície onde está aplicada. Laudo ASTM D 2794/2010 atestando que a tinta suporta mais de 0, 20kg.m sem causar trincas. A pintura não apresenta fissuras quando um peso de até 0,20kg.m é deixado cair sobre a peça. Laudo do INMETRO ASTM D 3359/09 com resultado igual ao grau 5ª / em casos avarias acidentais a tinta não destaca da superfície em que está aplicada. Laudo NBR 8094/83, névoa salina avaliação NBR ISO 4628-3: NBR 5841: d0/t0 e ASTM D714: n°10 – isento de bolhas, com duração igual ou superior a 720 horas. Laudo NBR 8095/2015, com duração igual ou superior a 720 horas, os produtos possuem resistência à umidade, resistindo assim por maior tempo em ambientes com alto índice de umidade do ar. Laudo INMETRO NBR 10443/08 e resultado de espessura mínima de 90 micras. Os produtos possuem camada de tinta mínima de 90 micras, garantindo assim maior durabilidade, para os itens 59, 61, 63, 69, 71 e 74, referentes ao lote 02, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.23. A empresa deverá apresentar relatório de ensaio conforme Norma ABNT NBR 13962:2006 – Móveis para escritório – Cadeira, para os itens 76, 79 e 83 referente ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.24. A empresa deverá apresentar relatório de ensaio conforme Norma ABNT NBR 16031:2012 – Móveis – Assentos Múltiplos, para o item 92 referente ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.25. A empresa deverá apresentar relatório de ensaio conforme Norma ABNT NBR 15878:2010 – Móveis – Poltronas para Auditório, e relatório de ensaio conforme Norma ISO 354-2003 – Determinação da Absorção Sonora em Câmara Reverberante; para o item 93 referente ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.26. A empresa deverá apresentar CERTIFICADO ISO 9001 comprovando que a empresa fabricante do móvel licitado, atende integralmente a todos os requisitos da norma NBR ISO 9001 da ABNT, e ter o certificado de registro do sistema de gestão da qualidade segundo a norma ISO 9001:2008 emitido por uma certificadora acreditada pelo INMETRO, para os itens 110 e 112 referente ao lote 07, sujeita a desclassificação a empresa que não o apresentar.

#### **Dos materiais empregados na espuma das cadeiras e assentos**

4.27. A empresa deverá apresentar relatório de ensaio comprovando que a espuma flexível de poliuretano é isenta de CFC, para os itens 76 ao 88; 90, 91 e de 98

a 100 referentes ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.28. A empresa deverá apresentar relatório de ensaio conforme Norma NBR 8537/2015 - Laudo da densidade em espuma flexível de poliuretano para assentos, densidade 50-60 kg/m<sup>3</sup>. Laudo com resultado obtido na avaliação. O relatório deverá ser emitido por um laboratório acreditado pelo INMETRO, para os itens 76 ao 84; 86 a 88, 90 e 91 referentes ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.29. A empresa deverá apresentar relatório de ensaio conforme Norma NBR 9178/2015 – Laudo de determinação das características de queima em espuma flexível em poliuretano. O relatório deverá ser emitido por um laboratório acreditado pelo INMETRO, para itens 76 ao 84; 86 a 88, 90 e 91 referentes ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.30. A empresa deverá apresentar relatório de ensaio conforme Norma NBR 14961/2007 - Laudo de determinação do teor de cinzas da espuma flexível de poliuretano. O relatório deverá ser emitido por um laboratório acreditado pelo INMETRO, para os itens 76 ao 84; 86 a 88, 90 e 91 referentes ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.31. A empresa deverá apresentar relatório de ensaio conforme Norma NBR 8619/15 - Laudo de determinação da resiliência. O relatório deverá ser emitido por um laboratório acreditado pelo INMETRO, para os itens 76 ao 84; 86 a 88, 90 e 91 referentes ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar.

4.32. A empresa deverá apresentar relatório de ensaio conforme Norma NBR 8094 - Laudo de exposição à névoa salina, de no mínimo 500 horas. O relatório deverá ser emitido por um laboratório acreditado pelo INMETRO, para os itens 76 ao 84; 86 a 88, 90 e 91 referentes ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar;

4.33. A empresa deverá apresentar relatório de ensaio conforme Norma NBR 8094 - Laudo de exposição à névoa salina, de no mínimo 500 horas. O relatório deverá ser emitido por um laboratório acreditado pelo INMETRO, para os **itens 76 ao 88; 90 e 91 referentes** ao lote 03, sujeita à desclassificação a empresa que não o apresentar

#### **Das exigências de garantia dos produtos**

4.34. Caso a empresa licitante não produza verticalmente algum elemento do produto especificado no presente Termo de Referência, a mesma deverá apresentar as Certificações exigidas em nome da empresa fabricante, acompanhadas de Declaração do fabricante reconhecendo a empresa licitante como sua revendedora e agente de assistência técnica para o pregão específico (em original ou cópia autenticada), referente aos itens de 03 a 11, de 16 a 20, do item 25 ao item 39, para o lote 01. Deverá apresentar também do item 53 ao 55, do item 58 ao item 70 do lote 02, do item 76 ao item 93 e do item 98 ao item 100 do lote 03, do item 101 ao item 104 do lote 04, do item 105 e 106 do lote 05 e do item 110 ao 118 do lote 07.

4.35. Termo de Garantia de no mínimo 3 (três) anos, contra defeitos de fabricação, emitido pelo fabricante para os itens dos lotes 01, 02 e 07. (Em original ou cópia autenticada em cartório). Termo de Garantia de 6 (seis) anos contra defeitos de



fabricação na estrutura metálica, emitido pelo fabricante para os itens do lote 03. (Em original ou cópia autenticada em cartório).

4.36. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única nos seguintes endereços:

4.36.1. Reitoria do Instituto Federal, R. Luz Interior, 360 – Bairro Santa Luzia (Estrela Sul), CEP 36030-776, Juiz de Fora/MG;

4.36.2. Câmpus Avançado do IF Sudeste MG na cidade de Bom Sucesso/MG, Rua da Independência, nº 30, bairro Aparecida, CEP 37.220-000, Bom Sucesso/MG.

4.36.3. Câmpus Avançado do IF Sudeste MG na cidade de Cataguases/MG, Chácara Granjaria, s/n, bairro Granjaria, CEP 36.773-002, Cataguases/MG.

4.36.4. Câmpus Avançado do IF Sudeste MG na cidade de Ubá/MG, Avenida Olegário Maciel, nº 1427, bairro Industrial, CEP 36.500-000, Ubá/MG.

4.37. Também deverão ser entregues os materiais nos seguintes endereços dos participantes da Intenção de Registro de Preços:

4.37.1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Rio Pomba, UASG 158412, CNPJ 10.723.648/0002-20. Localizado à Avenida Dr. José Sebastião da Paixão, s/n, bairro Lindo Vale em Rio Pomba-MG, CEP 36.180-000, Caixa Postal 45;

4.37.2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Barbacena, UASG 158413, CNPJ 10.723.648/0005-73. Localizado à Rua Monsenhor José Augusto, nº 204, bairro São José em Barbacena/MG, CEP 36.205-018;

4.37.3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Juiz de Fora, UASG 158414, CNPJ 10.723.648/0004-92. Localizado à Rua Bernardo Mascarenhas, 1283, bairro Fábrica em Juiz de Fora/MG, CEP 36.080-001;

4.37.4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Muriaé, UASG 158415, CNPJ 10.723.648/0003-01. Localizado à Avenida Monteiro de Castro, 550, bairro Fábrica em Muriaé/MG, CEP 36.880-000;

4.37.5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus São João Del Rei, UASG 154762, CNPJ 10.723.648/0007-35. Localizado à Rua Américo Davim Filho s/n, bairro Vila São Paulo em São João Del Rei/MG, CEP 36.301-358;

4.37.6. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Santos Dumont, UASG 154763, CNPJ 10.723.648/0006-54. Localizado à Rua Técnico Panamá, 45, bairro Quarto Depósito em Santos Dumont/MG, CEP 36.240-000;

4.37.7. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Manhuaçu, UASG 155591, CNPJ 10.723.648/0008-16. Localizado à Rodovia BR 116, km 589,8, distrito de Realeza em Manhuaçu/MG, CEP 36.905-000, Caixa Postal 413;

4.37.8. *Colégio Militar de Juiz de Fora, UASG 160110, localizado na Avenida Juscelino Kubistchek, 522, bairro Nova Era em Juiz de Fora/MG, CEP 36.087-000;*

4.37.9. *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, UASG 135015, localizada na Rua Eugênio Nascimento, 610, bairro Dom Bosco em Juiz de Fora/MG, CEP 36.038-330.*

4.38. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.39. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.40. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.41. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.41.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.42. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato e do período de garantia;

6.1.7. Termo de Garantia de no mínimo 3 (três) anos, contra defeitos de fabricação, emitido pelo fabricante para os itens dos lotes 01, 02 e 07. (Em original ou cópia autenticada em cartório). Termo de Garantia de 6 (seis) anos contra defeitos de fabricação na estrutura metálica, emitido pelo fabricante para os itens do lote 03. (Em original ou cópia autenticada em cartório).

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

9.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.3. Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade

que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

10.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

*Juiz de Fora/MG, setembro de 2016*

---

Diretoria de Administração - Reitoria

## **APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Tendo em vistas as informações prestadas pela Diretoria de Administração da Reitoria, aprovo este termo de referência, conforme Inciso II do Artigo 9º do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

Juiz de Fora, 09 de setembro de 2016.

Charles Okama de Souza  
**Pró-Reitor de Administração/Ordenador de Despesas**  
**Portaria R 540/2013**